

O Uso da Informação Contábil Como Instrumento de Gestão nas Micro e Pequenas Empresas do Município de Alegrete/RS

Stéfani Corrêa Alves ¹
Jeferson Luís Lopes Goularte ²

RESUMO

O objetivo deste estudo é avaliar a percepção dos empresários e dos profissionais de contabilidade quanto à importância das demonstrações contábeis no processo de gestão das micro e pequenas empresas localizadas no município de Alegrete/RS. A presente pesquisa se caracteriza como descritiva, com enfoque em análise bibliográfica e com respaldo em abordagem qualitativa e quantitativa, o método utilizado para o embasamento do trabalho se deu por pesquisa bibliográfica, além de pesquisa de campo através de entrevista com profissionais contábeis e micro e pequenos empresários do município de Alegrete/RS. Através da análise dos resultados, ficou evidenciado que a maioria dos micro e pequenos empresários entrevistados não costumam utilizar as informações contábeis como base para tomar decisões. Embora os empresários em sua maioria reconheçam a credibilidade e a importância das informações geradas através das demonstrações contábeis eles as substituem muitas vezes por controles internos, transformando a contabilidade em mera executora das obrigações fiscais e trabalhistas. Esta constatação também fica evidenciada quando de forma unânime, empresários e profissionais contábeis, afirmam que o atendimento a parte legal e fiscal da empresa está entre as principais atribuições da escrituração contábil, desviando-se assim, do real objetivo da Ciência Contábil.

Palavras-chave: Micro e Pequenas Empresas; Informação Contábil; Gestão.

The Use of Accounting Information as a Management Tool in the Micro and Small Companies of the Municipality of Alegrete/RS.

ABSTRACT

The aim of this study is to evaluate the perception of business and accounting professionals on the importance of the financial statements in the process of management of micro and small enterprises located in the municipality of Alegrete/RS. This research is characterized as descriptive, focusing on literature analysis and support in qualitative and quantitative approach, the method used for the foundation of the work was given by literature, and field research through interviews with accounting and micro professionals and small business owners in the city of Alegrete / RS. By analyzing the results, it was evident that the majority of micro and small business owners surveyed do not usually use accounting information as a basis for making decisions. Although entrepreneurs mostly recognize the credibility and importance of the information generated through the financial statements they replace them often for internal controls, turning the accounting mere executor of tax and labor obligations. This finding is also evidenced when unanimously, business and financial professionals say the

¹ Especialista em Engenharia Econômica pela Universidade Federal do Pampa, Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade da Região da Campanha – Brasil. Av. Tiarajú, 810, Alegrete, RS. Telefone: (55) 9655-3301. E-mail: stefanicalves@hotmail.com

² Doutor em Ciências de la Educación e Mestre em Integración y Cooperación Internacional pela Universidad Nacional de Rosario - Argentina, Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade da Região da Campanha - Brasil. Professor Adjunto na Universidade Federal do Pampa. Rua Barão do Triunfo, 1048, Santana do Livramento, RS. Telefone: (55) 9655-3301. E-mail: jefersongoularte@unipampa.edu.br

service legal and tax the company is among the main tasks of bookkeeping, bypassing thus the real purpose of Accounting Science.

Keywords: Micro and Small Enterprises; Accounting Information; Management.

1 INTRODUÇÃO

Com a grande competitividade do mercado, as empresas precisam ser cada vez mais eficientes na gestão de seus recursos, somente através de informações precisas e consistentes elas poderão ter esse embasamento, visando sua continuidade e sobrevivência. No Brasil, nos últimos anos, temos visto um forte aumento na criação de novas empresas, muitas delas optantes pelo Simples Nacional, regime fiscal diferenciado e favorável aos Pequenos Negócios. De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) (2013, p. 07), “em dezembro de 2012, havia 7,1 milhões de empresas registradas nesse regime”.

Com base nos dados do Cadastro SEBRAE de Empresas (CSE), foi possível constatar que o número de Microempresas (ME) no país saiu de 4,1 milhões, em 2009, para 5,15 milhões, em 2012, representando crescimento de 25,2% no período. No tocante às Empresas de Pequeno Porte (EPP), em 2009, somavam 660 mil, em 2012, totalizaram 945 mil, com elevação de 43,1%, superando a taxa de crescimento das Médias e Grandes Empresas (MGE), de 31,2% (SEBRAE, 2014).

Ainda, segundo o SEBRAE (2014, p. 09), “as ME e EPP empregavam, em 2011, 13,1 milhões de trabalhadores formais, sendo que as ME optantes pelo Simples Nacional respondiam por 60,4% do total de empregos existentes no conjunto de ME, e as EPP optantes, por 76,9% do total de empregos nas EPP”.

No entanto, um ponto que deve ser observado, é o fato de que muitos micros e pequenos empresários não se utilizam de um sistema de gestão eficaz, o que pode acelerar o processo de mortalidade de suas empresas. Muitas vezes, por desconhecimento ou por falta de assessoria por parte de seus profissionais contábeis, os pequenos empresários não utilizam as informações adquiridas através das demonstrações contábeis, deixando de se beneficiar de importantes dados que poderão ser de grande utilidade na gestão do próprio negócio. As informações permitem dar um suporte com maior carga de racionalidade às decisões que o empresário deve tomar (CRCSP, 2011, p. 01).

Diante deste cenário, se justifica a elaboração do presente estudo, cujo tema abordado é “O Uso da Informação Contábil Como Instrumento de Gestão nas Micro e Pequenas Empresas do Município de Alegrete/RS”. Cada empresa possui a sua maneira de controlar os recursos, os gestores possuem as informações e muitas vezes as avaliam de forma equivocada. A forma de gerir as informações contábeis que serão utilizadas pela empresa poderá ser adaptada de acordo com suas necessidades, antes, porém deve-se levar em conta o seguinte questionamento: Qual a percepção dos gestores das micro e pequenas empresas e dos profissionais de contabilidade em relação à importância atribuída às informações contábeis e sua utilização para que a empresa alcance a otimização de seus resultados?

Com o intuito de solucionar o questionamento proposto foi disposto o seguinte objetivo geral: Analisar a percepção dos empresários e dos profissionais de contabilidade quanto à importância das demonstrações contábeis no processo de gestão das micro e pequenas empresas localizadas no município de Alegrete/RS. Para alcançar o objetivo principal deste estudo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: Identificar o perfil dos empresários e profissionais contábeis que atuam no município de Alegrete; demonstrar quais são as informações fornecidas pelos profissionais de contabilidade do

município; descrever os benefícios da utilização das informações contábeis como ferramenta de gestão nas micro e pequenas empresas.

Este estudo está estruturado em cinco seções. Após a introdução, ora apresentada, aborda-se a revisão bibliográfica e legislação, onde se encontram as teorias e fundamentos que deram suporte à análise dos resultados. Em seguida, apresenta-se a metodologia utilizada. Na sequência, são apresentados os resultados encontrados e as respectivas discussões. E, por fim, a conclusão.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E LEGISLAÇÃO

A seguir será apresentada a revisão de literatura, partindo da legislação das micro e pequenas empresas e suas normas contábeis, bem como as demonstrações contábeis obrigatórias para essas empresas e suas características, por fim, o uso das mesmas na gestão das micro e pequenas empresas.

2.1 LEGISLAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

A Lei nº 6.404/1976 alterada pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, em seu Capítulo XV trata do Exercício Social e das Demonstrações Contábeis das Sociedades Anônimas, aplicável extensivamente às demais sociedades, estabelece em seu art. 176, que ao fim de cada exercício, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício: Balanço Patrimonial (BP); Demonstração de Resultado do Exercício (DRE); Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA); Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) (BRASIL, 1976).

Já para as micro e pequenas empresas, com a finalidade de simplificar os processos realizados, o governo federal criou uma lei especial, a Lei Complementar nº 123/2006. Essa lei trouxe também uma definição própria para enquadramento de micro e pequenas empresas, no entanto, essas empresas devem aplicar subsidiariamente a legislação societária para a escrituração contábil e apresentação das demonstrações contábeis.

A Lei Complementar nº 123/2006 instituiu o novo Estatuto Nacional das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte. Segundo esse estatuto em seu art. 3º:

Consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que: I – no caso da microempresa afixa, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); II – no caso da empresa de pequeno porte afixa, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) (BRASIL, 2012, p. 13).

Logo após a sanção da Lei Complementar nº 123/2006, o que se apresentava como prioridade absoluta era a questão da tributação, tendo em vista que a queixa fundamental dos pequenos empresários era a carga tributária, e o próprio Estatuto Nacional das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte foi instituído para aliviá-lo.

No art. 13 da Lei Complementar nº 123/2006 fica estabelecido ainda que o Simples Nacional implicará no recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, de alguns impostos e contribuições, dentre eles estão o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Contribuição Social sobre o Lucro RAGC, v.5, n.18, p.12-29/2017

Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS); Contribuição para o PIS/Pasep, Contribuição Patronal Previdenciária (CPP), Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) (BRASIL, 2006).

Desta forma, o Estatuto Nacional das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte é de grande importância para o futuro dos pequenos negócios, pois introduz uma maior justiça tributária, simplifica o pagamento de impostos, diminui a burocracia para a abertura e fechamento de empreendimentos, facilita o acesso ao crédito, estimula as exportações, incentiva a cooperação, entre outras inovações.

2.2 NORMAS CONTÁBEIS APLICADA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

De acordo com o estudo de Silva (2013), em virtude da representatividade das pequenas e médias empresas para o mundo dos negócios, visando facilitar a adoção e o entendimento dos profissionais da Contabilidade que atuam nas pequenas e médias empresas, em dezembro de 2009, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com base nas normas internacionais de contabilidade, aprovou o Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Com o objetivo de seguir a tendência mundial, o Conselho Federal de Contabilidade transformou em Normas Brasileiras de Contabilidade todos os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Desta forma, estas empresas passaram a ser normatizadas pela NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução nº 1.255/2009 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2009). No ano de 2012, o Conselho Federal de Contabilidade, levando em consideração a realidade quanto ao porte, volume de negócios e transações realizadas por esse conjunto de entidade, aprovou a ITG 1000 – Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, permitindo-lhes adotar um modelo simplificado para a escrituração e elaboração das demonstrações contábeis. “Com a aprovação da Interpretação Técnica Geral 1000 (ITG 1000), fica instituído um tratamento contábil diferenciado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, sem que isso venha significar a possibilidade de ausência de escrituração contábil, ou a sua manutenção sem observância aos Princípios da Contabilidade” (CRCPR, 2013, p.80).

2.2.1 Demonstrações Contábeis Obrigatórias

A ITG 1000 aprovada pela Resolução n.º 1.418/2012 do Conselho Federal de Contabilidade estabelece que as microempresas e empresas de pequeno porte devem elaborar e divulgar obrigatoriamente o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício e Notas Explicativas. (CFC, 2012).

2.2.1.1 Balanço Patrimonial (BP)

De acordo com o Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRCRS): “No Balanço Patrimonial, a entidade deve classificar os ativos como Ativo Circulante e Não Circulante e os passivos como Passivo Circulante e Não Circulante, como grupos de contas separados no balanço patrimonial” (CRCRS, 2011, p. 53).

Desta forma, o CRC/PR (2008), em seu Manual de Práticas Contábeis Aplicadas às PME, ME, EPP e Entidades Sem Fins Lucrativos, destaca que:

O Ativo compreende os bens, os direitos e as demais aplicações de recursos controlados pela entidade, capazes de gerar benefícios econômicos futuros, originados de eventos ocorridos. Já o Passivo compreende as origens de recursos representados pelas obrigações para com terceiros, resultantes de eventos ocorridos que exigirão ativos para a sua liquidação. E o Patrimônio Líquido compreende os recursos próprios da Entidade, e seu valor é a diferença positiva entre o valor do Ativo e o valor do Passivo. Quando o valor do Passivo for maior que o valor do Ativo, o resultado é denominado “Passivo a Descoberto” (CRC/PR, 2008, p. 139).

2.2.1.2 Demonstração do Resultado (DR)

O desempenho da empresa, encontrado a partir do confronto das receitas e despesas da entidade durante um exercício social pode ser apresentado, através da Demonstração do Resultado (DR). Os Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade definem a demonstração do resultado do exercício como sendo a demonstração contábil destinada a evidenciar a composição do resultado formado num determinado período de operações da Entidade (CFC, 2008, p 142).

Silva (2013) em seu estudo destaca que: “a Demonstração do Resultado deve apresentar todos os itens de receita e despesa reconhecidos no período”, ou seja, observando o princípio da competência, deverá evidenciar a formação dos vários níveis de resultados mediante confronto entre as receitas, e os correspondentes custos e despesas do período.

2.2.1.3 Notas Explicativas (NE)

De acordo com o Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRCPR), em seu Manual de Práticas Contábeis Aplicadas às PME, ME, EPP e Entidades Sem Fins Lucrativos, descreve que:

No mínimo, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis devem incluir: declaração explícita e não reservada de conformidade com esta Interpretação; descrição resumida das operações da entidade e suas principais atividades; referência às principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis; descrição resumida das políticas contábeis significativas utilizadas pela entidade; descrição resumida de contingências passivas, quando houver; qualquer outra informação relevante para a adequada compreensão das demonstrações contábeis (CRCPR, 2013, p. 83).

2.2.2 Características das Demonstrações Contábeis

As características qualitativas, aprovadas pela Resolução nº 1.374/2011 do Conselho Federal de Contabilidade, são os atributos que tornam as demonstrações contábeis úteis para os usuários. São consideradas características qualitativas de melhoria: compreensibilidade, comparabilidade, tempestividade e verificabilidade (CFC, 2011).

Ainda segundo a Resolução nº. 1.374/2011 do Conselho Federal de Contabilidade, item 30: “A característica da Compreensibilidade tem por objetivo classificar, caracterizar e apresentar a informação com clareza e concisão tornando-a compreensível”.

O Conselho Federal de Contabilidade, através de sua publicação Pronunciamentos Técnicos Contábeis 2012, destaca que não é admissível a exclusão de informação complexa e não facilmente compreensível se isso tornar o relatório incompleto e distorcido. Os relatórios contábil-financeiros são elaborados na presunção de que o usuário tem conhecimento razoável de negócios e que age diligentemente, mas isso não exclui a necessidade de ajuda de consultor para fenômenos complexos (CFC, 2013, p. 12).

A característica da Comparabilidade determina que os usuários devam ser capazes de comparar as Demonstrações Contábeis da entidade ao longo do tempo, a fim de identificar tendências em sua posição patrimonial e financeira e no seu desempenho.

Segundo a Resolução nº. 1.374/2011 do Conselho Federal de Contabilidade, item 23: “Para que a informação seja comparável, coisas iguais precisam parecer iguais e coisas diferentes precisam parecer diferentes. A comparabilidade da informação contábil-financeira não é aprimorada ao se fazer com que coisas diferentes pareçam iguais ou ainda ao se fazer coisas iguais parecerem diferentes” (CFC, 2011).

Tempestividade envolve oferecer a informação dentro do tempo de execução da decisão. Se houver atraso injustificado na divulgação da informação, ela pode perder sua relevância. Conforme destacado na Resolução nº. 1.374/2011: “Tempestividade significa ter informação disponível para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões. Em geral, a informação mais antiga é a que tem menos utilidade” (CFC, 2011).

Segundo o Conselho Federal de Contabilidade, através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a característica da verificabilidade por sua vez: “Implica em diferentes observadores poderem chegar a um consenso sobre o retrato de uma realidade econômica, podendo, em certas circunstâncias, representar uma faixa de possíveis montantes com suas respectivas probabilidades” (CFC, 2013, p. 12).

Desta forma, a verificação pode ser direta ou indireta, de acordo com a Resolução nº. 1.374/2011 do Conselho Federal de Contabilidade, item 27:

Verificação direta significa verificar um montante ou outra representação por meio de observação direta, como, por exemplo, por meio da contagem de caixa. Verificação indireta significa checar os dados de entrada do modelo, fórmula ou outra técnica e recalcular os resultados obtidos por meio da aplicação da mesma metodologia. Um exemplo é a verificação do valor contábil dos estoques por meio da checagem dos dados de entrada (quantidades e custos) e por meio do recálculo do saldo final dos estoques utilizando a mesma premissa adotada no fluxo do custo (por exemplo, utilizando o método PEPS) (CFC, 2011).

É frequentemente necessário um balanceamento entre as características qualitativas. Geralmente, o objetivo é atingir um equilíbrio apropriado entre as características, a fim de satisfazer aos objetivos das demonstrações contábeis e de quem as utiliza.

2.3 GESTÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Atualmente vivemos em uma constante mudança na nossa estrutura econômica, onde não há mais lugar para o amadorismo e o improvisado, em seu estudo, Santos, Dorow e Beuren (2016, p. 154) destacam que: “a tomada de decisão não pode ser apenas baseada na intuição ou experiência do gestor. São necessários instrumentos que forneçam informações confiáveis, fidedignas e oportunas para auxiliar no processo decisório”.

Esta busca pela melhoria e eficiência, induz os responsáveis pela gestão empresarial, a avaliarem suas decisões embasadas em informações consistentes. Segundo o Manual de Escrituração Contábil Simplificada para Micro e Pequena Empresa: “a contabilidade gerencial é um sistema de informações financeiras e operacionais empregado para mensurar, avaliar e posicionar investimentos e resultados empresariais, fornecendo orientações para tabulação do fluxo de caixa, planejamento, controles e tomadas de decisão” (CFC, 2008, p. 38).

A gestão empresarial obtém a informação desses instrumentos de controle através da figura do profissional da contabilidade, ele é responsável pela preparação dos demonstrativos contábeis e financeiros que esclarecem a posição patrimonial e financeira da empresa.

2.3.1 Análise Econômico-financeira

A análise das demonstrações financeiras visa fundamentalmente o estudo do desempenho econômico-financeiro de uma empresa em determinado período passado, para diagnosticar sua posição atual e produzir resultados que sirvam de base para previsão de tendências futuras (OLIVEIRA, 2012, p. 34). A avaliação dos índices financeiros pode ser feita por meio de comparação com os índices-padrão do ramo de negócios da empresa.

Para Matarazzo (2010, p. 86): “os índices podem ser divididos em três grupos, sendo eles: Índices de Liquidez, Índices de Estrutura de Capital e Índices de Rentabilidade e Lucratividade”.

De acordo com Neto (2012) é possível, com base nos índices, serem feitas algumas análises, como por exemplo: Análise de Liquidez: visa o conhecimento da capacidade de pagamento das empresas, ou seja, suas condições de quitar no vencimento todos seus compromissos pessoais que foram assumidos. Receberá ainda, o equilíbrio financeiro e se há necessidade de investimento em capital de giro; Análise de Endividamento: basicamente avalia a proporção dos recursos próprios e de terceiros utilizados pela empresa, sua dependência financeira em relação a dívidas de curto prazo, a natureza de suas exigibilidades e por fim o seu risco financeiro; Análise de Rentabilidade e Lucratividade: avalia economicamente o desempenho da empresa, dimensionando o retorno sobre os investimentos feitos pela empresa e a lucratividade que é apresentada pelas vendas.

2.3.2 Fluxo de Caixa

De acordo com Macedo et al (2011, p. 305) apud Iudícibus, Martins e Gelbcke (2007), “o objetivo primário do Fluxo de Caixa é prover informações relevantes sobre os pagamentos e recebimentos, em dinheiro, de uma empresa, ocorridos durante um determinado período”. O Fluxo de Caixa é o movimento de entradas e saídas de recursos financeiros do caixa, isto é, das origens e das aplicações de caixa.

Segundo Chiavenato (2005, p. 57): “As origens de caixa são fatores que aumentam o caixa da empresa, enquanto as aplicações de caixa são itens que o reduzem”. De acordo com o CRCSP (2011, p. 07), “Todas as operações e decisões, em algum momento no tempo, afetam o caixa. Assim, pode-se afirmar que todas as decisões que têm efeito no patrimônio e no lucro da empresa, em algum momento têm um efeito no caixa”.

Através do Fluxo de Caixa de uma empresa é que os gestores irão obter as informações necessárias para possuir uma base que irá avaliar a capacidade da empresa de gerar recursos e suas necessidades de utilização. Através do fluxo de caixa é que os analistas ou gestores obterão uma fonte segura para elaborar seu planejamento financeiro.

2.3.3 Orçamento Empresarial

O orçamento é a forma pela qual a empresa, através de um planejamento adequado, consegue prever ou projetar, por um período determinado suas despesas e receitas, para desta maneira poder prever antecipadamente as operações que deverão ser tomadas de acordo com as previsões projetadas. Castanheira (2008, p. 26) apud Frezzatti (2006) define em seu estudo que: “O orçamento empresarial é um produto do planejamento estratégico que atua como alerta aos gestores. É um plano financeiro e cronológico, normalmente para um ano, que visa implementar a estratégia escolhida”.

Os demonstrativos financeiros auxiliam os administradores a tomar decisões envolvendo o melhor uso do caixa, a realização de operações eficientes, a melhor alocação de fundos entre os ativos e o financiamento eficaz de operações e de investimentos. Para interpretar os demonstrativos financeiros, usam-se em partes índices financeiros, relatórios gerenciais, demonstrativos de fluxo de caixa, orçamentos de caixa entre outros (GROPPELLI, 2006, p.13).

Através das demonstrações contábeis e financeiras podemos elaborar várias análises. “Com a interpretação dos números, as tomadas de decisão terão maior respaldo. As informações da contabilidade gerencial, pelas suas características, proporcionam maior confiança e firmeza aos gestores no processo decisório” (SANTOS et al 2009).

3 MÉTODO

No presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa aplicada, descritiva, de abordagem qualitativa e quantitativa. Utilizou-se o método de levantamento, no Município de Alegrete, Rio Grande do Sul. De acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p. 38): “Entre as vantagens dos levantamentos, temos o conhecimento direto da realidade, economia e rapidez na obtenção de dados”. Pode-se dizer que os levantamentos tornam-se adequados para estudos descritivos. São muito úteis para o estudo de opiniões e atitudes, porém pouco indicados no estudo de problemas referentes a relações e estruturas sociais complexas (GIL, 2002, p. 52).

As técnicas de coletas de dados foram: à pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas. Por pesquisa documental entende-se segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 69): “aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente, é largamente utilizada com a finalidade de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências”.

A contribuição das entrevistas semiestruturadas para a pesquisa, segundo GIL (2002, p. 117), é que “Nos levantamentos que se valem da entrevista como técnica de coleta de dados, esta assume forma mais ou menos estruturada. Mesmo que as respostas possíveis não sejam fixadas anteriormente, o entrevistador guia-se por algum tipo de roteiro, que pode ser memorizado ou registrado em folhas próprias”. Os roteiros para as entrevistas semiestruturadas, tanto para os profissionais contábeis, como para os empresários, foram estruturados tendo como base os objetivos do estudo, bem como a revisão bibliográfica e legislação. Os roteiros das entrevistas foram construídos combinando as questões a fim de contrapor as opiniões de ambos, a respeito do tema em estudo.

A amostra foi definida por conveniência, em que foram selecionados 05 (cinco) profissionais que prestam serviços de contabilidade. Esses profissionais de contabilidade indicaram três empresas clientes, levando em consideração o porte, com base no critério de faturamento estabelecido pela Lei Geral, instituída pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Estatuto Nacional das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte). Após a seleção dos profissionais de contabilidade e a indicação de clientes, foram realizadas as entrevistas com os empresários, em número de 15 (quinze) e com os 05 (cinco) profissionais de contabilidade, totalizando 20 entrevistas.

Para que houvesse uma validação da pesquisa, além do orientador do estudo, um profissional contábil e um empresário realizaram uma avaliação do roteiro de entrevista proposto, somente após as alterações solicitadas e as adaptações necessárias, o roteiro foi aprovado para ser aplicado. Todas as entrevistas foram realizadas face a face, gravadas e transcritas na íntegra pela própria pesquisadora.

A análise das entrevistas semiestruturadas e da pesquisa documental foram por meio da abordagem qualitativa em que a análise e interpretação ocorreram em confrontação com a revisão bibliográfica e legislação, dessa forma configurando a triangulação do estudo. De acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p. 84): “para analisar, compreender e interpretar um material qualitativo faz-se necessário superar a tendência ingênua a acreditar que a interpretação dos dados será mostrada espontaneamente ao pesquisador; é preciso penetrar nos significados que os atores sociais compartilham na vivência de sua realidade”.

O processo de análise dos dados envolve diversos procedimentos: descrição e classificação das respostas em categorias de análise, bem como a organização e classificação dos documentos. Após, ou juntamente com a análise, pode ocorrer também à interpretação dos dados, que consiste, fundamentalmente, em estabelecer a ligação entre os resultados obtidos com outros já conhecidos, quer sejam derivados de teorias, quer sejam de estudos realizados anteriormente (GIL, 2002, p. 125).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A seguir serão apresentadas as principais análises obtidas através da realização do estudo. Partindo do perfil dos entrevistados, da caracterização das empresas e da análise das entrevistas.

4.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Dos cinco profissionais contábeis entrevistados, um possui de 20 a 35 anos, dois estão na faixa de 36 a 50 anos e dois tem mais de 50 anos de idade. Destes, quatro são do sexo masculino e um do feminino e todos têm como formação o técnico em contabilidade além de nenhum deles possuir pós-graduação. Quanto ao tempo profissional na área contábil, um dos cinco profissionais entrevistados possui menos de três anos e o restante têm mais de 5 anos de experiência na área.

Além disso, dos 15 empresários entrevistados, quatro possuem de 20 a 35 anos de idade, dez estão na faixa de 36 a 50 anos e apenas um tem mais de 50 anos. Destes, dez são do sexo masculino e cinco do sexo feminino, dos 15 entrevistados, oito têm curso superior completo, um dos quais com curso de especialização. A distribuição de escolaridade dos demais é: um com ensino fundamental e seis com ensino médio. Esses empresários atuam como sócios em suas empresas, dos 15 entrevistados, treze possuem mais de cinco anos de experiência e dois deles atuam entre 3 e cinco anos no mercado.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DAS EMPRESAS

Dentre as atividades das 15 empresas que compõe a amostra, nove atuam no comércio, quatro no setor de serviços e duas tem como atividades a indústria e o comércio simultaneamente. De acordo com a Lei Complementar nº 123/2006 que instituiu o Estatuto Nacional das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, considerando as respostas dadas pelos empresários entrevistados, observa-se que 66,67% das empresas da amostra são classificadas como microempresa e 33,33% são empresas de pequeno porte, conforme observado no Quadro 01:

Quadro 01 – Classificação da Amostra Segundo a Lei Complementar nº 123/2006

Porte	Número de Empresas	%
Microempresa (até R\$ 360.000,00)	10	66,67
Empresa de Pequeno Porte (de R\$ 360.000,01 a R\$ 3.600.000,00)	05	33,33
Total	15	100

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

De acordo com as respostas concedidas pelos empresários em relação ao faturamento anual de suas empresas, é possível identificar que dez das 15 empresas que compõe a amostra, faturam anualmente até R\$ 360.000,00, enquadrando-se como microempresa, duas faturam de 360.000,00 a 1.440.000,00, uma entre 1.440.000,00 e 2.520.000,00 e duas faturam de RAGC, v.5, n.18, p.12-29/2017

2.520.000,00 a 3.600.000,00, dando um total de cinco empresas enquadradas como empresa de pequeno porte.

Quanto ao tempo de atuação das empresas no mercado, quatorze das 15 empresas atuam há mais de 05 anos. Além disso, no que se refere à amostra das empresas que prestam serviços contábeis, três tem até cinco funcionários, uma apresenta no seu quadro funcional, até 10 empregados e uma até 20 empregados, destas apenas uma atua a menos de 03 anos no setor estando as demais atuando com tempo superior a cinco anos na profissão contábil.

4.3 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Nesta seção será apresentada a análise qualitativa dos dados, com base nas entrevistas realizadas com os profissionais contábeis e os empresários. Destaca-se que a análise está apresentada de acordo com as dimensões da pesquisa: identificação das necessidades de informação contábil, características da informação contábil e por fim a tomada de decisão nas microempresas e empresas de pequeno porte. O Quadro 02 demonstra a identificação das necessidades de informação contábil.

Quadro 02 - Identificação das Necessidades de Informação

Aspectos Pesquisados	Empresários	Profissionais de Contabilidade
Documentação Entregue	-Notas fiscais de venda, de compras e despesas. -Redução Z/ ou Faturamento. -Livro ponto dos funcionários -Extratos bancários	-Guias fiscais para pagamento de tributos. -Folha de pagamento. -Balanços e balancetes. -Fluxo de Caixa e Orçamento -Análise Econômica
Documentação Recebida	-Folha de Pagamento. -Guias para pagamentos de tributos entre eles Simples Nacional e Previdência Social. -Balanços e Balancetes.	-Notas fiscais de venda, compras e despesas. -Livro ponto dos funcionários -Extratos bancários -Todo documento que gira com CNPJ da empresa.
Utilização de Outras Formas de Controle Gerencial	-Planilhas em Excel. -Anotações de compras. -Anotações de vendas. -Livro Caixa. -Sistemas Internos.	-Análise vertical e horizontal. -Planilhas em Excel. -Controle do movimento da empresa através de um sistema informatizado interno e Anotações manuais.
Questionamento das Informações	-Esclarecer algum resultado expressivo. -Questionam quando julgam necessário. -Não questionam por confiar na informação.	-Alguns têm o hábito de questionar e analisar as informações junto ao profissional contábil. -Muitos não questionam, contratam o profissional contábil apenas para parte fiscal e tributária.
Necessidade de Informações Extras	-Não, pois produzem as informações extras que necessitam. -Sim, avaliação financeira e carga tributária.	-Sim, principalmente na questão tributária. -Explicar ao empresário como funciona a sua empresa do ponto de vista contábil, orientar formas legais e corretas que devem ser adotadas por ele visando melhorar o próprio negócio.

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

No que se refere à identificação das necessidades de informação, fica demonstrado, através do Quadro 02 que a maior parte da documentação entregue mensalmente ao profissional contábil pelo empresário se restringe a questões tributárias e fiscais através do

faturamento e das notas fiscais de venda, compras e despesas, de questões trabalhistas através do livro ponto dos funcionários e conciliação bancária através dos extratos bancários. No entanto, os profissionais contábeis destacam que, toda e qualquer movimentação ou informação relacionada à empresa deve ser informada pelo empresário e afirmam que elaboram e disponibilizam o conjunto completo das demonstrações contábeis aos seus clientes.

Além do Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado, consideradas demonstrações contábeis obrigatórias para as microempresas e empresas de pequeno porte (CFC, 2012; CRCPR, 2013), os profissionais contábeis, destacam que disponibilizam também índices financeiros, relatórios gerenciais, demonstrativos de fluxo de caixa, orçamentos de caixa entre outros, que de acordo com estudos já realizados (GROPPELLI, 2006; MACEDO, 2011; PADOVEZE, 2010), visam auxiliar o administrador na tomada de decisão, promovendo informações relevantes sobre os pagamentos e recebimentos, estimativa de gastos e receitas futuras, além de diagnosticar a posição atual da empresa e produzir resultados que sirvam de base para previsão de tendências futuras proporcionando maior confiança e firmeza aos gestores no processo decisório (OLIVEIRA, 2012; SANTOS *et al* 2009).

No entanto, segundo os empresários a documentação recebida por eles se resume basicamente a questões trabalhistas e tributárias além de balanços e balancetes, revelando assim divergências nas respostas e/ou desconhecimento por parte dos empresários, em relação a tudo que podem obter de informações através do profissional contábil, tal fato, talvez seja o motivo que leva os empresários a buscarem outras formas de controle para auxiliar na gestão de seu negócio. Observou-se que planilhas do Excel, anotações manuais de compra e venda, livro caixa e sistemas internos, são amplamente utilizados como fonte extra de informação, no entanto conforme estudos já realizados (CRCSP, 2011; ZDANOWICZ, 1986) embora analisar as origens e destinações de caixa possa parecer algo banal, o uso da técnica adequada, de maneira oportuna, pode revelar informações relevantes para as decisões que o gestor está tomando além de promover um equilíbrio financeiro na empresa.

Com base nisso, é que o profissional contábil deve buscar cada vez mais se aproximar e explicar ao empresário como funciona a sua empresa do ponto de vista contábil, orientar formas legais e corretas que devem ser adotadas por ele visando melhorar o próprio negócio. Demonstrar que a contabilidade pode ser uma aliada no processo decisório, podendo vir a suprir todas as necessidades de informação que hoje existem nas micro e pequenas empresas (CFC, 2008).

Já o Quadro 03 demonstra as características da informação contábil.

Quadro 03 - Características da Informação Contábil

Aspectos Pesquisados	Empresários	Profissionais de Contabilidade
Comparabilidade	-Permite comparação para 75% dos empresários entrevistados. -Para 25% não permite comparação.	-Permite comparação para 60%, no entanto depende da qualidade da informação passada pelo empresário. -Para 40%, não permite comparação porque o patrimônio do empresário se confunde muito com o patrimônio da empresa, não há separação desses patrimônios.
Compreensibilidade	-A maioria (75%) considera de fácil compreensão, embora não as utilize. -25% não compreendem sem o auxílio do profissional contábil por não terem conhecimento na área.	100% dos entrevistados consideram as informações de fácil compreensão desde que tenham o auxílio do profissional contábil.

Tempestividade	-Sim para 73% dos entrevistados, possibilitando estar sempre atualizado quanto ao andamento da empresa. -Para 27% não, disponibiliza somente quando solicitado.	Sim, no entanto depende do empresário repassar em dia a documentação, do contrário não terão meios para repassar as informações em tempo hábil.
Verificabilidade	-Sim, para 83% dos empresários entrevistados, permite análise da situação econômica e financeira. - Para 17% a análise é feita através de controle interno e não contábil.	Para 100% dos entrevistados permite análise da situação econômica e financeira, no entanto depende da qualidade da informação passada pelo empresário.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

No Quadro 03, estão apresentados os principais resultados em relação às características da informação contábil, ou seja, os atributos que tornam as demonstrações contábeis úteis para os usuários (CFC, 2011). Em relação à característica da comparabilidade, segundo 60% dos profissionais contábeis entrevistados, os empresários, só serão capazes de comparar as Demonstrações Contábeis da entidade ao longo do tempo, a fim de identificar tendências em sua posição patrimonial e financeira (CRCPR, 2013), se houver qualidade nas informações disponibilizadas pelos mesmos, uma vez que são eles os responsáveis por informar toda a movimentação ocorrida na empresa mensalmente. Além disso, a informalidade também pode prejudicar essa comparação uma vez que nas micro e pequenas empresas, o patrimônio do empresário se confunde muito com o patrimônio da entidade, conforme observado por 40% dos entrevistados.

No aspecto compreensibilidade das informações contábeis, observou-se que 75% dos empresários entrevistados afirmam receber suas informações contábeis com clareza e concisão (CFC, 2011) considerando-as de fácil compreensão, embora não as utilize. 25% no entanto, não as compreende sem a explicação do profissional contábil, principalmente por não possuírem conhecimento técnico na área, mesma opinião de 100% dos profissionais de contabilidade entrevistados, vindo a confirmar o que foi exposto na publicação do Conselho Federal de Contabilidade (2013).

Quanto à característica da tempestividade, observou-se que tanto para os profissionais contábeis, como para 73% dos empresários entrevistados, as informações costumam ser disponibilizadas sempre de forma atualizada, conforme seu objetivo (CRCRS, 2016) possibilitando ao empresário estar sempre atualizado quanto ao andamento da empresa. Já para a minoria, ou seja 27%, as informações não chegam a tempo, acabando por servir apenas para as questões legais e perdendo sua relevância conforme destacado pelo CFC (2011), afirmado ainda, que a informação mais antiga terá sempre menos utilidade.

Conforme apresentado no Quadro 03, 83% dos empresários entrevistados, afirmaram realizar análise mensal e anual da situação econômica e financeira de suas empresas através das demonstrações que recebem de seus profissionais contábeis, 100% destes por sua vez ressaltam que essa análise só será possível de ser feita corretamente se seu cliente repassar em dia toda a documentação relacionada à empresa. Houve empresários também que disseram realizar essa verificação, baseados em controles internos, não utilizando a contabilidade para este fim, o que também é possível conforme o Conselho Federal de Contabilidade (2011).

E por último no Quadro 04, estão apresentados os principais resultados relacionados ao uso das informações contábeis na tomada de decisão, neste aspecto, de acordo com todos os empresários entrevistados, as informações contábeis refletem a realidade das suas empresas e desta forma, conforme estudos apresentados, (CFC, 2008; PADOVEZE, 2010) permitem a eles avaliar investimentos, fluxo de caixa, planejamento, controles e tomadas de decisão.

Quadro 04 - Tomada de Decisão

Aspectos Pesquisados	Empresários	Profissionais de Contabilidade
As Informações contábeis refletem a realidade da empresa?	- Sim segundo 100% dos empresários entrevistados, pois são embasadas nas informações passadas ao profissional contábil.	-Sim, desde que o empresário repasse toda a movimentação da empresa segundo 60% dos entrevistados. -Para 40% não, porque para alguns empresários não há separação entre o patrimônio da empresa e da pessoa física.
As Informações contábeis auxiliam nas tomadas de decisões?	-Sim, quando comparadas com anos anteriores, podem auxiliar quanto ao melhor período para comprar, vender, estocar segundo 18% dos entrevistados. -Não auxiliam, pois 82% geram as próprias informações e não utilizam a contabilidade.	-Poderiam auxiliar, segundo 40%, no entanto, os empresários não utilizam. - Para 60% os empresários se baseiam mais no fluxo de caixa da empresa e em seus controles internos do que propriamente nas demonstrações contábeis.
Em que momento o empresário recorre ao profissional contábil?	-30% Contratação ou rescisão trabalhista -30% Informações para instituições financeiras. -40% Tributação.	-13% Quando estão com dificuldades financeiras. -61% Documentação para instituições bancárias. -13% Quando quer expandir o negócio. -13% Questões Tributárias
As Informações contábeis são utilizadas em decisões de financiamento?	-25% dos entrevistados dizem utilizar. -75% geram as informações que necessitam para a tomada das decisões de financiamento através de controle interno e não contábil.	- Segundo 20% poucos utilizam - 80% afirmam que os empresários procuram, pois somente mediante apresentação dos balanços contábeis poderão ter acesso ao financiamento.
As Informações contábeis são utilizadas em decisões estratégicas?	-Sim, 67% as utilizam como forma de avaliar possíveis expansões do negócio ou contratação de mais funcionários. -33%, geram as próprias informações para tomar decisões estratégicas.	-Para 60% não, costumam agir mais por impulso do que influenciados pela informação contábil. - 40% sim, para decisões em longo prazo, como expansão do negócio ou investimentos.
Função da informação contábil nas micro e pequenas empresas.	- 60% Atender a legislação. - 20% Controle dos resultados - 20% Manter o empresário atualizado e a empresa com credibilidade.	- 60% Atender as questões fiscais - 40% Conseguir financiamento bancário
Melhorias na informação contábil visando ser mais utilizada.	-Sim, 67% desejam informações mais claras através de uma contabilidade menos burocrática. -Para 33% não é necessária nenhuma melhoria, consideram que as existentes sejam suficientes.	- Para 80% é necessário demonstrar as informações de uma forma que o empresário compreenda, através de uma linguagem mais acessível e objetiva. -Para 20% é necessário maior responsabilidade e comprometimento por parte do empresário ao repassar as informações relacionadas à empresa, ao profissional contábil.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

No entanto, mesmo considerando que as informações contábeis refletem a realidade de seus empreendimentos, a grande maioria (82%), não as utiliza nas tomadas de decisão, preferindo se basear no fluxo de caixa de suas empresas e em seus controles internos para este fim.

Os empresários entrevistados procuram seus profissionais contábeis principalmente para auxílio com questões trabalhistas (30%), solicitar informações para instituições bancárias (30%) e principalmente para tratar de questões relacionadas à tributação (40%).

Para os profissionais contábeis, os empresários procuram seu auxílio principalmente quando estão com dificuldades financeiras (13%), necessitam de documentação para RAGC, v.5, n.18, p.12-29/2017

instituições bancárias (61%), querem conselhos quanto à expansão do seu negócio (13%) e questões tributárias (13%), tais aspectos são apresentados por Santos, Dorow e Beuren (2016), que afirmam ainda, que não basta que as informações sejam disponibilizadas mensalmente ao empresário, é necessário que cheguem a ele no formato desejado e no momento em que ele necessitar e considerar oportuno.

Em decisões de financiamento, os empresários recorrem ao profissional contábil principalmente devido às exigências das instituições financeiras para conceder esses recursos, conforme afirmam 80% dos profissionais de contabilidade entrevistados. Fora isto, para 75% dos empresários entrevistados, as decisões de financiamento tomadas por eles, tem por base os controles internos de cada um, não utilizando as informações contábeis para este fim. É possível observar ainda que os empresários, segundo 60% dos profissionais contábeis entrevistados, costumam agir por impulso quando se trata de decisões estratégicas, baseando-se principalmente em intuição ou experiências passadas, tal atitude é totalmente inapropriada conforme o estudo de Santos, Dorow e Beuren (2016).

Quando perguntados sobre a principal função das informações contábeis nas micro e pequenas empresas, a maioria, ou seja, 60% dos profissionais contábeis e 60% dos empresários entrevistados foram unânimes ao afirmar que o atendimento a parte legal e fiscal da empresa está entre as principais atribuições da escrituração contábil. No entanto, 40% dos empresários acrescentaram ainda que a principal função da informação contábil seja o controle dos resultados, além de manter o empresário atualizado e a empresa com credibilidade, afinal para estes, a contabilidade é, sem dúvida, a maior fonte de informações sobre a empresa, o que corrobora com os resultados do estudo de Coelho Neto (2002).

Em última análise, para 67% dos empresários entrevistados, o principal aspecto de melhoria nas informações contábeis para elas se tornarem mais utilizadas nas empresas, seria repassar as informações de uma forma mais claras através de uma contabilidade menos burocrática. O uso da linguagem contábil também foi comentado por 80% dos profissionais contábeis, segundo eles, as informações contábeis deveriam ser demonstradas de uma forma que o empresário compreenda, através de uma linguagem mais acessível e objetiva. Nesse sentido, segundo o estudo Santos *et al* (2009) a utilização da contabilidade gerencial pode ser um começo, uma vez que ela baseia-se fundamentalmente em traduzir e interpretar os dados constantes nos relatórios contábeis tornando-os úteis no processo decisório.

Com base no exposto, fica demonstrado que nas pequenas e microempresas, onde a direção é constituída geralmente, por um proprietário, que pouco ou nada conhece dessa “linguagem dos números” e pouco tempo tem para se dedicar a análises sobre os resultados de suas decisões, as informações contábeis fornecidas pelos profissionais de contabilidade, não costumam ser utilizadas para tomada de decisões gerenciais, sendo substituídas muitas vezes por controles internos, passando a ter apenas característica legal e fiscal.

Desta forma, seu gerenciamento e suas decisões, passam a se basear apenas em suas experiências e seu conhecimento no assunto, muitas vezes insuficiente, agindo com base na intuição. Neste sentido, vale ressaltar que as informações quando detalhadas e explicadas pelo profissional contábil, permitirão dar um suporte com maior carga de racionalidade às decisões que o empresário deve tomar (CRCSP, 2011).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivos demonstrar quais são as informações disponibilizadas pelos profissionais de contabilidade do município de Alegrete/RS, identificar as características das informações contábeis e sua utilização para a tomada de decisão, além de avaliar a percepção dos empresários e dos profissionais de contabilidade quanto à importância

das demonstrações contábeis no processo de gestão das micro e pequenas empresas localizadas no município. Assim, com o intuito de atingir estes objetivos, foi desenvolvida e aplicada uma pesquisa aos profissionais de contabilidade e empresários da cidade de Alegrete/RS.

Inicialmente, buscando responder ao primeiro objetivo proposto neste estudo, a análise dos dados revelou que segundo os empresários as informações recebidas por eles são as que mais frequentemente são disponibilizadas pelos profissionais contábeis e se resume a questões tributárias e fiscais, além de questões trabalhistas e bancárias. Já os profissionais de contabilidade afirmam que, além das demonstrações contábeis obrigatórias, disponibilizam também informações referentes ao fluxo de caixa, orçamento e análise econômica, demonstrando assim que a maioria dos empresários desconhece todo o potencial de informações que seus profissionais contábeis têm a oferecer.

No que se refere ao segundo objetivo, primeiramente foi apresentada uma breve explicação a respeito de cada característica abordada no estudo e posteriormente obtiveram-se as respostas das perguntas propostas. Observou-se que em relação à comparabilidade das informações só é possível se houver qualidade nas informações disponibilizadas pelos empresários, uma vez que são eles os responsáveis por informar toda a movimentação ocorrida na empresa mensalmente. Além disso, a informalidade também pode prejudicar essa comparação uma vez que nas micro e pequenas empresas, o patrimônio do empresário se confunde muito com o patrimônio da entidade.

Em relação à característica da compreensão, houve uma divergência entre as respostas dos empresários, enquanto a maioria dos entrevistados considera as informações contábeis de fácil compreensão, outros não as compreendem sem a explicação de um profissional, opinião essa, igualmente obtida dos profissionais contábeis.

No que se refere à característica da tempestividade, observou-se que tanto para os profissionais contábeis, como para a maioria dos empresários entrevistados, as informações costumam ser disponibilizadas sempre de forma atualizada, possibilitando ao empresário estar sempre atualizado quanto ao andamento da empresa.

Quanto à característica da verificabilidade, parte dos empresários entrevistados, afirmaram realizar a análise de suas empresas através das demonstrações que recebem de seus profissionais contábeis, outros, no entanto realizam essa análise, baseados em controles internos e não no uso da contabilidade.

Posteriormente, em se tratando do ultimo objetivo proposto, constatou-se que todos os empresários participantes da pesquisa consideram que as informações geradas pela contabilidade são de grande importância para auxiliar o micro e o pequeno empresário na gestão de seus negócios. No entanto, a grande maioria não as utiliza nas tomadas de decisão, preferindo se basear no fluxo de caixa de suas empresas e em seus controles internos para este fim. Cabe ressaltar, ainda, que a maioria dos profissionais contábeis e dos empresários foram unânimes ao afirmar que o atendimento a parte legal e fiscal da empresa está entre as principais atribuições da escrituração contábil, relacionando isso à apuração de tributos como foco principal.

Diante do exposto, fica claro que para maioria dos entrevistados, a importância atribuída às informações contábeis nas micro e pequenas empresas se restringe principalmente ao atendimento da legislação e, portanto os empresários não as têm utilizado, na maioria das vezes, para a tomada de decisão, vindo assim a responder o problema proposto pelo estudo.

No entanto, para os empresários entrevistados, o principal aspecto de melhoria nas informações contábeis para elas se tornarem mais utilizadas nas pequenas empresas, seria repassar as informações de uma forma mais claras através de uma contabilidade menos burocrática. O uso da linguagem contábil também foi comentado pelos profissionais contábeis, segundo eles, as informações contábeis deveriam ser demonstradas de uma forma

que o empresário compreenda, através de uma linguagem mais acessível e objetiva. Pode-se deduzir, portanto, que uma mudança na postura de quem prepara e disponibiliza essas informações contábeis, pode ser um primeiro passo para que elas passem a ser utilizadas no processo decisório.

Por fim, apesar do empenho com que foi realizada a pesquisa bibliográfica e o cuidadoso estudo realizado através da aplicação das entrevistas, os resultados aqui obtidos não são representativos em âmbito municipal, uma vez que, de acordo com a amostra definida, foram levadas em consideração apenas as respostas de 05 profissionais contábeis e 15 empresários da cidade de Alegrete/RS em relação a essa temática, limitando, portanto os resultados da pesquisa.

Desta maneira, sugere-se a expansão do tema abordado, através da realização das entrevistas com um número maior de profissionais contábeis e empresários, além de expandir a pesquisa a outros municípios, buscando uma análise maior da percepção destes em relação ao uso das informações contábeis como instrumento de gestão.

Assim, este estudo pode contribuir para futuras pesquisas, afinal, é inegável a importância da contabilidade e suas informações para a gestão de qualquer negócio, tornando relevante o presente estudo, uma vez que, buscou demonstrar que uma análise mais precisa das demonstrações contábeis, devem ser fornecidas pelos profissionais de contabilidade e podem ser utilizadas como importante ferramenta de gestão às micro e pequenas empresas, contribuindo de forma significativa para as tomadas de decisões.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Leis e Decretos. **Lei nº 6.404, de 15 de Dezembro de 1976** – Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Diário Oficial da União, Brasília, 15 dez. 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm> Acesso em: 04 de Julho de 2016.

BRASIL. Leis e Decretos. **Lei nº 11.638, de 28 de Dezembro de 2007** – Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Diário Oficial da União, Brasília, 28 dez. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm> Acesso em: 04 de Julho de 2016.

BRASIL. Leis e Decretos. **Lei nº 11.941, de 27 de Maio de 2009** – Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição, alterando o [...] Diário Oficial da União, Brasília, 27 maio. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11941.htm> Acesso em: 04 de Julho de 2016.

BRASIL. **Simples Nacional: Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte**. 3. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, 2012.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração Financeira: uma abordagem introdutória**. 5. reimpr. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

COELHO NETO, Pedro (Coord.) **Manual de Procedimentos Contábeis para Micro e Pequenas Empresas**. 5. ed. Brasília: CFC: SEBRAE, 2002.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Escrituração Contábil Simplificada para Micro e Pequena Empresa**. Brasília : CFC, 2008

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade**. 3. ed. - Brasília: CFC, 2008

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas**. 2. ed. Brasília: CFC, 2012.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ (CRCPR). **Práticas Contábeis Aplicadas Às: PME, ME, EPP E Entidades Sem Fins Lucrativos**. ed. Graciosa Gráfica e Editora Ltda. Curitiba: CRCPR, 2013.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL (CRCRS). **Contabilidade Para Pequenas e Médias Empresas**: Porto Alegre: CRCRS, 2011.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SÃO PAULO (CRCSP). **Manual de Técnicas e Práticas de Elaboração de Fluxo de Caixa para Pequenas e Médias Empresas**. São Paulo: CRC/SP, 2011.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SÃO PAULO (CRCSP). **Manual de Técnicas e Práticas de Gestão Estratégica de Custos nas Pequenas e Médias Empresas**. São Paulo: CRCSP, 2011.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GROPPELLI, A.A; NIKBAKHT, Ehsan. **Administração Financeira**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

OLIVEIRA, Alexandre Silva de. **Análise das Demonstrações Contábeis**: Considerando as mudanças causadas nas demonstrações pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 – Bagé: Unipampa, 2012.

MACEDO, Marcelo A. da Silva et al. Análise do impacto da substituição da DOAR pela DFC: um estudo sob a perspectiva do value-relevance. **Revista Contabilidade & Finanças**. USP, São Paulo, v. 22, n. 57, p. 299-318, set./out./nov./dez. 2011.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial**: Um Enfoque em Sistema de Informação Contábil. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010. 61

SANTOS, Vanderlei dos; DOROW, Diego Roberto; BEUREN, Ilse Maria. Práticas Gerenciais de Micro e Pequenas Empresas. **Revista Ambiente Contábil**. UFRN -Natal, v. 8., n. 1, p. 153 – 186, jan./jun. 2016.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **A Evolução das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de 2009 a 2012** – Brasil. Brasília: SEBRAE, 2014.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Lei Geral da Micro e Pequena Empresa** – Conheça as mudanças, os procedimentos e os benefícios. Brasília: SEBRAE, 2007.

SILVA, Francisco Felipe da. **Demonstrações Contábeis Para Pequenas e Médias Empresas (PME's)**: elaboradas a partir da convergência das normas brasileiras de contabilidade aos padrões internacionais. **Revista Brasileira de Contabilidade**. CFC – Brasília, n. 200, p. 51-70, mar./abr. 2013.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Fluxo de Caixa**: uma decisão de planejamento e controle financeiros. 1.ed. Porto Alegre: D.C. Luzzatto, 1986.